

O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008-2009 NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL COM A CHINA

LEILA BARBOSA DE OLIVEIRA NETA

Resumo: Este trabalho questiona qual foi o impacto da crise de 2008 nas relações econômicas entre Brasil e China. Parte-se da hipótese de que essa última resultou em uma intensificação ainda maior dessas relações e em um aumento da dependência brasileira em relação à exportação de produtos primários para a China. Analisando-se as políticas econômicas e diplomáticas do governo brasileiro desde o início da década de 1990, percebe-se que esses dois fenômenos iniciaram com a abertura econômica brasileira nessa época. Logo, o aumento da dependência brasileira de exportação de primários para a China no período pós-crise foi uma mudança importante e faz parte de um processo que já dura cerca de duas décadas.

Palavras-chave: Brasil – China -Relações comerciais.Crise econômica.Brasil – China – Dependência econômica.Política Externa.

Abstract: This work questions what was the impact of the 2008 crisis in the economic relations between Brazil and China. Considering the hypothesis that the latter resulted in the further intensification of these relations and an increase in Brazilian dependence on primary commodity exports to China. Analyzing the economic and diplomatic policies of the Brazilian government since the early 1990s, one realizes that these two phenomena started with Brazilian economic openness that time. Therefore, the increase in Brazilian dependence on exports of primary products to China in the post-crisis period was an important change and is part of a process that has lasted nearly two decades.

Key-words: Brazil - China - Trade relations. Economic Crisis. Brazil - China - Economic Dependence. Foreign Policy.

1 Introdução

Aproveitando o “*boom*” no mercado imobiliário estadunidense em 2005, as empresas financeiras desse setor, com a expectativa de valorização nos preços dos imóveis, passaram a financiar imóveis para clientes “*subprime*”, que são aqueles que têm dificuldades de comprovar renda e não têm como dar garantias de pagamento. Isso foi incentivado porque, apesar de esses clientes representarem maior risco, esse tipo de empréstimo oferecia uma taxa de retorno mais alta do que os demais. Além disso, na busca de maiores lucros, vários bancos passaram a comprar os títulos *subprime*, provocando, assim, uma enorme cadeia de venda desses títulos (ENTENDA..., 2008).

Porém, a alta dos juros em 2006 encareceu o crédito e a diminuição da demanda por empréstimos fez o preço dos imóveis cair. Outra consequência do aumento da taxa de juros foi o aumento da inadimplência e, com ele, o receio de novos calotes, ocasionando uma desaceleração ainda maior do crédito. Assim, com a quebra de instituições financeiras, desencadeou-se a crise econômica nos Estados Unidos em meados de 2007 (ENTENDA..., 2008).

Até o início de 2008, o Brasil estava em ótimo crescimento econômico, suportando relativamente bem os efeitos da crise internacional graças, principalmente, às elevadas reservas internacionais e à evolução dos preços de *commodities*. Tal crescimento só foi interrompido em setembro de 2008 porque, nesse momento, a crise tomou proporções sistêmicas com a quebra do Banco Lehman Brothers (CASTILHO, 2011).

Alguns dos principais efeitos sobre a economia nacional recaíram sobre o comércio exterior brasileiro, que foi fortemente afetado pela diminuição da demanda externa, pela consequente queda dos preços das *commodities* e pela desvalorização do câmbio. Nessa área comercial, a crise provocou transformações que se alastraram até o presente momento. Uma delas foi a redução das exportações destinadas aos países desenvolvidos, como Estados Unidos e União Europeia; e o aumento das exportações para mercados em desenvolvimento, como a China (CASTILHO, 2011).

A intensificação das relações comerciais com a China já era uma tendência antes mesmo do estopim da crise. Isso porque, após a Guerra Fria, o Brasil passou a estabelecer relações econômicas com a China, devido às estratégias brasileiras de inserção internacional

naquele momento. Desde 2000, houve uma crescente intensificação das relações comerciais entre esses países. A partir de 2002, a China, então, se tornou o principal foco das exportações brasileiras destinadas ao continente asiático, ultrapassando o Japão. Surpreendentemente, após o estouro da crise, em 2009, as exportações brasileiras para China ultrapassaram as destinadas aos Estados Unidos, passando a ser o primeiro parceiro comercial do Brasil (CASTILHO, 2011; OLIVEIRA, 2006).

As percepções a respeito da intensificação das relações sino-brasileiras variam muito. Por um lado, existem aqueles que acreditam que as relações econômicas entre China e Brasil são fundamentalmente complementares, implicando em um efeito positivo para ambos os países. Deste ponto de vista, a China seria uma alternativa para promover comércio e investimentos para a economia brasileira. Em contrapartida, outros estudiosos entendem que essa relação complementar é, na verdade, uma nova forma de dependência econômica. Eles argumentam que apesar da rápida expansão dos investimentos chineses gerar benefícios a curto-prazo para ambas as partes, esse tipo de relação comercial baseada na exportação de produtos primários por parte do Brasil reforçaria os padrões disfuncionais de desenvolvimento do país e dificultaria o processo de industrialização (FERCHEN, 2011).

Nesse contexto, o problema de pesquisa do presente trabalho é: Qual foi o impacto da crise de 2008 nas relações econômicas entre esses países? A fim de responder a essa pergunta de pesquisa, o presente trabalho pauta-se na hipótese de que a crise levou a uma intensificação das relações entre esses países e a uma maior dependência do Brasil em relação à exportação de produtos primários. Para comprovar as hipóteses, serão analisadas as relações econômicas sino-brasileiras no período anterior à crise - como eram tais relações - e o seu caráter a partir do ano de 2009 - como elas se tornaram.

Ao longo do estudo, percebe-se que a dependência brasileira em relação à China não é algo totalmente novo, mas é resultado do processo de abertura econômica do Brasil e da sua aproximação com a China nas últimas duas décadas. Tal pesquisa se revela pertinente, nesse momento, devido à atualidade do tema e aos efeitos que a crise causou na economia brasileira e nas relações econômicas entre os seus principais parceiros comerciais, principalmente com a China.

Para melhor desenvolvimento do objeto de estudo, este artigo será dividido em quatro partes. A primeira expõe a história da abertura econômica brasileira desde o final dos anos 1980. A segunda realiza uma breve abordagem histórica das relações bilaterais

entre Brasil e a China. A terceira busca analisar o impacto da crise de 2008 nas relações econômicas entre Brasil e China. Já a última parte discorrerá sobre a questão da dependência do Brasil diante da China no contexto pós-crise 2008-2009.

2 Materiais e métodos

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica focada na problemática do impacto da crise 2008/2009 nas relações econômicas do Brasil com a China. Metodologicamente, a pesquisa seguiu dois momentos importantes. O primeiro diz respeito à realização de um levantamento da literatura pertinente e crítica sobre o assunto (livros, artigos em revistas especializadas, monografias, dissertação de mestrado ou teses de doutorado, artigos em jornais e revistas, documentos governamentais constantes nos sites oficiais dos dois países ou expostos em jornais impressos ou eletrônicos, informações em sites do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, FMI - Fundo Monetário Internacional -, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio –MDIC -, Ministério das Relações Exteriores - MRE -, etc.).

Inclusive, foram coletados dados econômicos do período pós-2008 dentro de tabelas e gráficos dispostos, posteriormente, em um banco de dados. Foram utilizadas, majoritariamente, fontes secundárias. As fontes primárias utilizadas foram dois tratados: Plano de Ação Conjunta de 2010 e o Plano Decenal de Cooperação de 2012, além dos dados utilizados na elaboração de alguns gráficos, que foram coletados no Aliceweb e MDIC. Já o segundo momento consistiu na análise do material bibliográfico pesquisado e dos indicadores econômicos coletados.

3 Resultados

3.1 Histórico da Abertura Econômica Brasileira

Desde a década de 1930, e, principalmente durante as décadas de 1950 e 1970, o Brasil passou por um processo de industrialização e urbanização que buscava superar o modelo primário-exportador (BICHARA et al., 2012). Tal industrialização substitutiva visava modificar qualitativamente as importações e diversificar a pauta de exportações brasileiras a fim de diminuir a vulnerabilidade associada à dependência da exportação de produtos primários. O país alcançou tal objetivo parcialmente, pois entre 1964 a

1980 sua pauta exportadora se tornou mais diversificada. No entanto, com a crise de endividamento da década de 1980, o Brasil voltou a se concentrar na exportação primária, visto que os elevados superávits comerciais desse período tiveram forte contribuição do setor agrícola que se tornou fundamental para financiar o déficit em conta corrente (CARDOZO; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008).

A partir do final da década de 1980, a política de importação do Brasil foi modificada substancialmente devido ao processo de liberalização comercial. Em 1988, o governo brasileiro reduziu as alíquotas de importação e retirou algumas proteções tarifárias da indústria doméstica. Na década seguinte, esse processo foi ainda mais intenso com o estabelecimento de uma nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que acabou com parte significativa das barreiras não tarifárias e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação (FARIA, 2007).

As exportações brasileiras se concentraram essencialmente em *commodities* agrícolas, minerais ou industriais de baixo valor agregado. Em contrapartida, os produtos manufaturados, principalmente os de elevado conteúdo tecnológico, e de bens não duráveis de consumo compunham uma parte mínima da pauta de exportações (FARIA, 2007).

O Plano Real almejava combater a inflação, valorizando a moeda a fim de incentivar as importações. Dessa maneira, a redução dos preços dos produtos importados pressionaria para baixo os preços dos produtos nacionais semelhantes. Por isso, esta nova estratégia governamental gerou graves consequências para a pauta de exportação brasileira, pois as mercadorias domésticas perderam competitividade no mercado internacional, estagnando os setores nacionais de exportação (FARIA, 2007).

O principal setor prejudicado por essa abertura comercial foi a indústria. A insatisfação dos empresários nesse setor ficou clara com a manifestação durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, organizada pela FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - e CNI - Confederação Nacional da Indústria - para protestar contra a abertura comercial e a elevação das taxas de juros daquele momento. Devido a essas pressões, o governo brasileiro, apesar de não alterar sua política geral, passou a criar barreiras à importação de tecidos da China, da Coreia do Sul e de Formosa e à importação de brinquedos (BOITO JUNIOR, 2007).

Logo, a abertura comercial promovida durante essa década levou a uma maior especialização produtiva nacional e a uma maior dependência de importações, de forma que o coeficiente importado elevou-se muito mais em relação ao coeficiente exportado a

partir de 1994, com o câmbio valorizado. Porém, mesmo com a mudança no regime cambial, a partir de 1999, a tendência à especialização em produtos primários foi mantida. Evidência disso é que os setores mais intensivos em tecnologia tiveram um déficit crescente durante o período de 1990 a 1998, enquanto os setores intensivos em recursos naturais continuavam a aumentar seu superávit na balança comercial (CARDOZO; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008).

Após o período de 1995-1998, caracterizado por elevados déficits na balança comercial, o governo brasileiro passou a criar algumas barreiras para a liberalização comercial, através do aumento no valor das tarifas de alguns bens de consumo e reintrodução de dificuldades administrativas de importação (FARIA, 2007).

No cenário internacional, os anos de 1999 a 2002 foram caracterizados por forte instabilidade econômica devido à crise asiática de 1997, à crise da bolsa NASDAQ de 2000 e aos atentados terroristas às torres gêmeas do ano de 2001, eventos esses que desaceleraram o mercado internacional (PINTO, 2010).

Apesar do contexto externo adverso, as contas externas brasileiras melhoraram. Isso pode ser explicado pela forte desvalorização do real “e a configuração de três novos eixos para a política econômica, a saber: sistema de meta de inflação, política de superávits primários elevados e o regime de câmbio flutuante.” (PINTO, 2010, p. 106). O último fator citado foi o que mais contribuiu para o ajuste externo. Afinal, o processo de desvalorização da moeda brasileira, que durou até 2003, possibilitou um aumento significativo das exportações e a recuperação dos saldos negativos da balança comercial em um cenário externo de reduzido crescimento econômico (PINTO, 2010).

Já em 2004, a tendência de desvalorização do real foi revertida e passou a se valorizar ano após ano até 2008. E mesmo com a valorização crescente do real, entre 2003 e 2007, as exportações cresceram bastante e houve uma significativa melhora das contas externas. Isso ocorreu por causa do aumento do índice geral de preços de *commodities* (FARIA, 2007; PINTO, 2010).

O crescimento vigoroso das exportações brasileiras pode ser atribuído em grande parte aos efeitos da China sobre os produtos primários que nós exportamos e sobre outros países que exportam produtos primários para os quais o Brasil vende produtos industrializados, como muitos dos nossos parceiros comerciais na América Latina. (CARVALHO, 2009, p. 119).

Durante seu governo, o presidente Lula iniciou uma política de exportação agressiva focada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de

baixa densidade tecnológica. Dessa forma, o perfil da indústria no Brasil se transformou - com o crescimento de setores industriais ligados aos recursos naturais, manifestando o declínio dos setores industriais de produtos de maior tecnologia (BOITO JUNIOR, 2007).

Portanto, nas últimas três décadas, o Brasil permaneceu com suas exportações especializadas em produtos de baixo valor agregado. E, além disso, tais produtos são os únicos que contribuem para a geração de saldos positivos da balança comercial brasileira. Portanto, o Brasil atual intensificou ainda mais uma característica estrutural econômica, que, para muitos estudiosos seria apenas uma realidade do passado colonial que teria sido superada pela industrialização substitutiva de importações (CARDOZO; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008).

3.2 Histórico das Relações Bilaterais entre Brasil e China

Com a Fundação da República Popular da China pelo líder comunista Mao TséTunge o alinhamento desse país com a URSS, em 1949, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a China continental e reconheceu Taiwan como a legítima representante do povo chinês. Isso ocorreu no contexto da Guerra Fria, em que o Brasil estava alinhado com os Estados Unidos, potência líder do bloco capitalista (VILLELA, 2004).

Em maio de 1974, durante o governo do general Ernesto Geisel, o Brasil reatou relações diplomáticas com a China. Diversos fatores contribuíram para reaproximação entre esses países. Por um lado, a China diminuiu seu apoio aos movimentos revolucionários na América Latina. Por outro, Brasil buscava diversificar suas parcerias internacionais para aumentar a sua competitividade externa e favorecer seu desenvolvimento econômico. Por isso, tal aproximação com a China foi incentivada pelo empresariado nacional, que estava à procura de novos mercados externos. A reaproximação com a república chinesa também era fundamental para concretizar os objetivos brasileiros em sua política externa, pois isso contribuiria para atuação do Brasil nos fóruns multilaterais (BECARD, 2011; LUZ, 2011; OLIVEIRA, 2006; VILLELA, 2004).

Em 1979, com a assinatura do primeiro Acordo Comercial sino-brasileiro, as trocas bilaterais entre esses países passaram a evoluir gradualmente. Durante o início da década de 1980, o Brasil exportava para a China essencialmente produtos

manufaturados e importava, principalmente, matérias-primas agrícolas, minerais e metais (BACCHI; MIRANDA; MORTATTI, 2011; BECARD, 2011).

Produtos primários como algodão, açúcar e farelo de soja figuraram entre os mais exportados para a China naquele momento (50% do total), enquanto, sobretudo, elementos químicos e farmacêuticos (67% do total) foram os produtos chineses mais importados pelo Brasil. A partir de 1978, o petróleo passou a representar mais de 95% dos produtos importados da China por brasileiros. (BECARD, 2011, p. 33).

No início da década de 1990, com a abertura comercial brasileira e as reformas econômicas chinesas, houve uma maior inclusão desses países na economia mundial, intensificando suas trocas comerciais (VILLELA, 2004). Nesse momento, Brasil e China atuaram juntos em temas de política internacional – por exemplo, na defesa da reestruturação da Organização das Nações Unidas - e no desenvolvimento de tecnologias espaciais. Essa aproximação levou os dois países a considerarem a parceria sino-brasileira como sendo estratégica (BECARD, 2011).

Já a partir do início do século XXI, as relações econômicas sino-brasileiras aumentaram significativamente como consequência de três fatores: o fim do Plano Real no Brasil - e extinção da paridade entre real e dólar -; a superação da crise asiática; e o crescimento econômico chinês que gerava uma forte demanda por produtos primários (BECARD, 2011).

A produção agrícola chinesa, nesta década (2000-2010), não conseguiu suprir a sua demanda interna, o mesmo ocorreu com o setor industrial que se obrigou a importar do Brasil grandes quantidades de matéria prima para suas indústrias de base. (LUZ, 2011, p.72).

Para Paulino e Pires (2011), a expansão do comércio entre esses países durante esse período também é reflexo do ingresso da China na OMC em 2001 e da retomada do crescimento econômico brasileiro após décadas de estagnação.

No ano de 2000, o Brasil obteve um pequeno déficit comercial com a China, uma vez que o foco de suas relações comerciais ainda eram os Estados Unidos. Porém, a partir de 2001, o Brasil intensificou suas exportações para a China, conseguindo obter superávits com este país até 2006. Entretanto, de 2001 a 2003, as exportações brasileiras para a economia chinesa foram caracterizadas por produtos de baixo conteúdo tecnológico. Em 2003, as importações de mercadorias chinesas realizadas pelo Brasil

foram marcadas por produtos manufaturados – equipamentos eletrônicos e químicos e farmacêuticos (LUZ, 2011).

Assim como nas exportações, a China tem avançando, desde 2001, como um dos principais países de origem das importações brasileiras. Os três maiores parceiros – Estados Unidos, Argentina e Alemanha – têm diminuído suas participações. No caso dos Estados Unidos, verifica-se uma tendência de queda mais pronunciada. Embora em valores absolutos o Brasil venha aumentando suas importações dos Estados Unidos, as compras de produtos oriundos da China têm crescido a um ritmo muito superior. A rápida ascensão da China como parceiro comercial do Brasil pode ser verificada pelo grau de integração da economia brasileira com esse país, vis-à-vis com o resto do mundo. Utilizando como indicador a corrente de comércio com cada uma dessas áreas sobre o PIB brasileiro, observa-se que a integração com a China, ainda que em patamares menores, tem sido crescente: saiu de 0,5% em 2000 para 2,5 % em 2009, enquanto com o mundo esse percentual decresceu depois de 2003, de 24% para 17%. (ACIOLY; CINTRA; PINTO, 2011, p. 24).

Em 2003, presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), como estratégia de política externa, passou a buscar a diversificação de parcerias com o objetivo de transformar o país em *global trader e player*. Assim, em sua agenda internacional, o Brasil passou a priorizar a procura de mercados em diferentes regiões do globo, se utilizando universalismo como princípio essencial para a política externa brasileira. Dessa forma, justificou-se a maior aproximação com a China durante esse período (BECARD, 2011).

Em maio de 2004, o presidente Lula fez uma viagem à China, acordando nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais. O objetivo era demonstrar aos chineses a relevância estratégica e comercial que o Brasil visava conferir nas relações com a China. Em novembro daquele mesmo ano, o Presidente Hu Jintao visitou o Brasil para assinar o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento”, através do qual o Brasil reconheceu a China como economia de mercado. Nesse mesmo documento, foram especificados diversos acordos nas áreas de planejamento e infra-estrutura, propondo uma parceria entre esses países. No entanto, o reconhecimento da China como economia de mercado ainda não foi regulamentado (ÁRABE NETO; PANZINI, 2011; BARBOSA; MENDES, 2006; BECARD, 2011; LUZ, 2011).

Tal interesse em estimular relações diplomáticas e econômicas com a China advém do fato que a ascensão da economia chinesa, ao longo do século XXI, estimulou a demanda por recursos naturais e, desta forma, contribuiu para melhorar os termos de

intercâmbio. Assim, não apenas o Brasil, mas também as demais economias latino-americanas ricas em recursos naturais puderam crescer e melhorar suas condições macroeconômicas e sociais a partir de 2003 (BICHARA et al., 2012).

Diante disso, alguns analistas afirmam que as relações com a China são construtivas e complementares, enfatizando o potencial benéfico das relações econômicas sino-brasileiras. Porém, é preocupante a excessiva especialização da exportação de produtos intensivos em recursos naturais para a economia chinesa. Tal situação reflete uma deterioração na qualidade das relações comerciais bilaterais entre esses países, nas quais a China importa produtos de baixo valor agregado e exporta produtos de alta tecnologia, o que se assemelha com o padrão de comércio Norte-Sul. Por isso, existe uma preocupação crescente, entre muitos estudiosos, de que o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira seja potencializado pelas intensas relações comerciais com a China (BICHARA et al., 2012).

3.3 O Impacto da Crise nas Relações Bilaterais entre Brasil e China

A estagnação da economia estadunidense, ao longo de 2009, foi claramente observada em seu comércio exterior. Entre o início de 2008 e início de 2009, as exportações caíram 26,9%, devido à desaceleração da economia mundial, enquanto as importações caíram 38,6% (PINTO, 2010).

O processo de difusão da crise estadunidense ocorreu em três fases. A primeira com o estopim da crise em meados de 2007, que ocorreu nos Estados Unidos e teve efeito direto sobre os financiamentos internacionais. A segunda teve impacto sobre o preço das *commodities* em meados de 2008. E por fim, a terceira fase ocorreu com a falência do banco estadunidense Lehman Brothers. A partir desse momento, os efeitos da crise tiveram impacto nas economias de todos os países do mundo, inclusive o Brasil, que no primeiro momento não foi tão afetado, principalmente, devido às suas reservas internacionais e ao crescente aumento nos preços das *commodities* (OCAMPO, 2009).

A transmissão da crise sobre a China ocorreu através da queda da demanda externa por mercadorias chinesas. As estratégias chinesas de recuperação geraram efeitos relevantes para a economia mundial e brasileira. Uma dessas estratégias foi diversificar as suas exportações a fim de evitar uma diminuição de seu crescimento, já que os EUA e a União Europeia sofreram uma grave contração econômica (PINTO,

2010; VADELL, 2011). Além disso, o estímulo do governo chinês para aquecer sua economia frente à crise favoreceu a forte aquisição de matérias-primas e alimentos, como soja, petróleo, e minério ferro, que são mercadorias das quais o Brasil é grande exportador (PAULINO; PIRES, 2011).

Por um lado, a necessidade chinesa de grande quantidade de matérias-primas e de alimentos reitera a posição altista dos preços das *commodities*, por outro lado, a produção de manufaturas chinesas, intensiva em trabalho e também em tecnologia, para o mercado interno e para exportação reforça a posição baixista dos preços desses produtos devido ao efeito escala da produção chinesa. Isso poderá gerar mudanças nas estruturas das exportações e importações de diversos países. (PINTO, 2010, p. 103).

Tal diversificação de mercados por parte da China após a crise está demonstrada claramente na Tabela 1. Observa-se que os países em desenvolvimento que, na média do período de 1980 a 2000, representavam 17% dos compradores e exportadores da China, passaram a representar 25% dos mercados compradores e 35% dos exportadores no período pós-crise. Há um destaque maior para o intercâmbio comercial chinês com os países da América Latina e Pacífico Asiático. Ao mesmo tempo, o intercâmbio comercial chinês com os países de alta renda diminuiu durante esse período. Lembrando que esse movimento já vem se intensificando desde a entrada da China na OMC, quando as exportações chinesas cresceram substancialmente (BICHARA et al., 2012).

Tabela 1 - Destino das Exportações e Origem das Importações Chinesas, 1980-2010

	Exportações			Importações		
	1980-2000	2001-2007	2008-2010	1980-2000	2001-2007	2008-2010
Países de Alta Renda	83,1	82,8	74,9	83,2	71,8	64,4
África Subsaariana	1,5	1,8	2,7	0,8	2,3	4
América Latina	2	3,2	5,1	3,2	3,8	6,4
Europa e Ásia Central	2,2	3,3	4,9	4,3	3,4	3,3
Mundo Árabe	4,9	3,1	4,4	1,5	3,6	5,7
Oriente Médio e Norte da África	3,8	1,6	2,3	0,7	1,6	2,4
Pacífico Asiático	4,3	5,3	6,5	4,7	8,9	9,2
Sul da Ásia	1,6	2	3,4	0,7	1,3	1,7

Fonte: Bichara e outros (2012, p. 13), com base nos dados do World Development Indicators do ano de 2012.

Além de tentarem diversificar seus mercados de destino de exportações e importações, após a crise, os exportadores chineses têm buscado elevar a agregação de

valor e tecnologia da pauta exportadora. Mas essa já é uma tendência que pode ser observada desde 1995, como é mostrado na tabela 2. Percebe-se, durante esse período, uma redução significativa dos produtos intensivos em trabalho nas exportações e um aumento na participação dos produtos manufaturados intensivos em pesquisa e desenvolvimento (BICHARA et al., 2012).

Tabela 2 - Exportações e Importações chinesas por intensidade tecnológica – 1995 e 2010

Tipologia	Exportações		Importações	
	1995	2010	1995	2010
Produtos Primários	8,20%	2,30%	8,50%	24,00%
Produtos Intensivos em Recursos Naturais	11,40%	8,00%	18,20%	14,70%
Manuf. Intensivos em Trabalho	45,60%	27,70%	20,00%	8,70%
Manuf. Intensivos em Economias de Escala	15,60%	20%	10,40%	9,70%
Manuf. Produzidos por Fornecedores Especializados	7,30%	24,00%	24,00%	16,80%
Manuf. Intensivos em P&D	5,90%	17,90%	11,20%	24,80%
Não-classificados	5,90%	0,10%	7,70%	1,30%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Bichara e outros (2012, p. 15), com base nos dados do Global TradeInformation Services (GTIS).

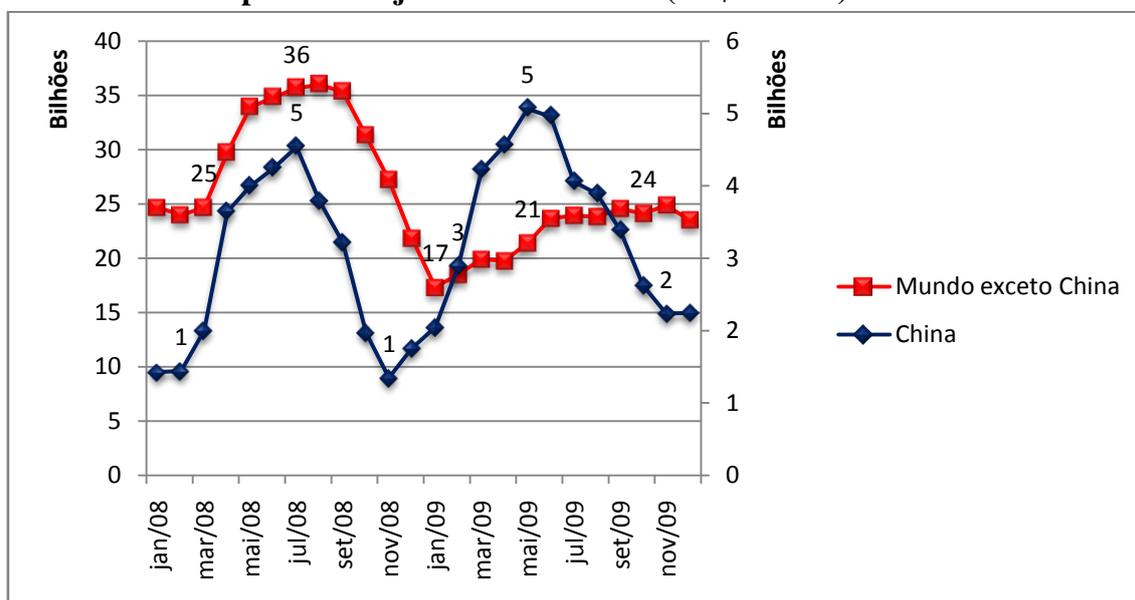
Assim como na China, a crise internacional foi transmitida ao Brasil de forma indireta, visto que os agentes financeiros brasileiros não estavam ligados diretamente aos riscos do mercado hipotecário *subprime* dos Estados Unidos. Por isso, no caso brasileiro, os principais canais de propagação foram o comércio exterior e a súbita saída de capitais. O comércio exterior devido à queda da demanda externa e dos preços das *commodities*. E a saída de capitais devido à frustração das expectativas dos investidores que levou a uma desvalorização do real - a taxa de câmbio saltou de 1,6 R\$/US\$ em agosto de 2008, para 2,4 R\$/US\$ em dezembro de 2008 (CASTILHO, 2011; PINTO, 2010).

Graças a esse contexto de insegurança internacional e forte desaceleração da economia mundial, acreditava-se que haveria uma desaceleração das exportações brasileiras. Porém, não foi isso que aconteceu já que as contas externas se recuperaram a partir do segundo trimestre de 2009. Isso se deve, parcialmente, às políticas anticíclicas na economia durante o auge da crise, à melhoria no cenário externo a partir do segundo

trimestre de 2009 e às elevadas reservas internacionais que o país mantinha (HOLANDA, 2011; PINTO, 2010).

Outro fator que explica a rápida recuperação das exportações brasileiras é a recuperação das importações chinesas resultantes das políticas na China para ampliar a demanda interna e aquecer a economia. O gráfico 1 evidencia a relevância das importações chinesas para a recuperação das contas brasileiras. Nele, percebe-se uma redução drástica das exportações brasileiras para o resto do mundo, simultaneamente ao crescimento das exportações para a China durante o ano de 2009 (PINTO, 2010).

Gráfico 1–Exportações brasileiras para o resto do mundo (exceto China) e para a China durante o período de jan/2008 a dez/2009(US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Aliceweb (2014).

Carvalho (2009) também entende que com a crise de 2008, a redução das exportações só não foi pior devido às vendas de produtos primários para a China. Ainda Oliveira (2010, p. 93) afirma:

A economia brasileira certamente sentiu o aperto da crise econômica global, mas quatro respostas podem ser consideradas como fundamentais para a superação mais rápida: o controle exercido pelo governo brasileiro, a capacidade de efetuar as reformas necessárias para promover o crescimento de longo prazo, a diversidade de seus parceiros econômicos e a manutenção da forte demanda chinesa.

Nesse contexto, a China tornou-se, em 2009, o principal destino das exportações brasileiras, enquanto houve uma diminuição de importância para os Estados Unidos (principal parceiro comercial do Brasil até 2008) e a União Europeia. A tabela 3

demonstra que a China manteve sua posição como primeiro parceiro comercial do Brasil mesmo nos anos seguintes à crise internacional. Logo, a partir desse momento, observa-se uma significativa mudança no comércio exterior brasileiro, principalmente na pauta das exportações (ARBACHE, 2011; BICHARA et al., 2012; CASTILHO, 2011; HOLANDA, 2011; POCHMANN, 2011).

Tabela 3 - Intercâmbio Comercial Brasileiro (Exportações + Importações) - US\$ Bilhões - 10 Principais Parceiros 2009 - 2011 (Janeiro – Agosto)

Países	Intercâmbio Comercial			
	2009	2010	2011	
	VALOR	VALOR	VALOR	PART.%
TOTAL GERAL	176	240,6	313,5	100,00%
PAÍSES SELECIONADOS	99,7	138,7	181,9	58,00%
CHINA	24,8	35,4	50	15,90%
ESTADOS UNIDOS	22,9	29,6	38,2	12,20%
ARGENTINA	13,9	20,5	25,7	8,20%
ALEMANHA	9,9	13,1	16,1	5,10%
JAPÃO	6,2	8,6	10,8	3,40%
PAÍSES BAIXOS	5,8	7,5	10,4	3,30%
REPÚBLICA DA CORÉIA	4,5	7,8	9,7	3,10%
ITÁLIA	4,3	5,7	7,7	2,50%
CHILE	3,2	5,1	6,8	2,20%
FRANÇA	4,2	5,4	6,5	2,10%

Fonte: Brasil (2011), com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Segundo Oliveira (2010), a crise possibilitou uma intensificação dos laços e da parceria estratégica entre Brasil e China, pois estes países passaram a atuar cada vez mais juntos a fim de aumentar suas influências nas instituições internacionais de tomada de decisões econômicas, como o G20 e a OMC. No ano de 2008, o presidente brasileiro e o presidente chinês se encontraram em três momentos distintos, durante a cúpula do G8+ (África do Sul, Brasil, China, Índia e México), na cerimônia inaugural dos Jogos Olímpicos de Pequim e na reunião de cúpula do G20. Em janeiro de 2009, o vice-presidente chinês visitou o Brasil para estabelecer acordos de cooperação energética e, em maio do mesmo ano, o presidente Lula viajou a China para concluírem treze acordos de cooperação (OLIVEIRA, 2010; MARTINS, 2011).

Nesse sentido, a crise reforçou a tendência de crescimento na taxa de comércio entre o Brasil e a China durante essa década e contribuiu para intensificar as relações econômicas sino-brasileiras (OLIVEIRA, 2010). Tal fato foi evidenciado em abril de

2010, quando os líderes de ambos os países assinaram o Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2010-2014, que fornece orientações abrangentes para o fortalecimento da parceria estratégica bilateral Brasil-China (BRASIL, 2010).

Um ano depois, os dois países elaboraram o Plano Decenal de Cooperação a fim de promover ainda mais a implementação do Plano de Ação Conjunta, “com objetivo de assinalar as áreas prioritárias e os projetos-chaves em ciência e tecnologia e inovação; cooperação econômica; e intercâmbios entre os povos dos dois lados de 2012 a 2021.” (BRASIL, 2012). De acordo com o texto do Plano Decenal, ambos os governos reconhecem a parceria econômica entre eles no contexto da crise (BRASIL, 2012).

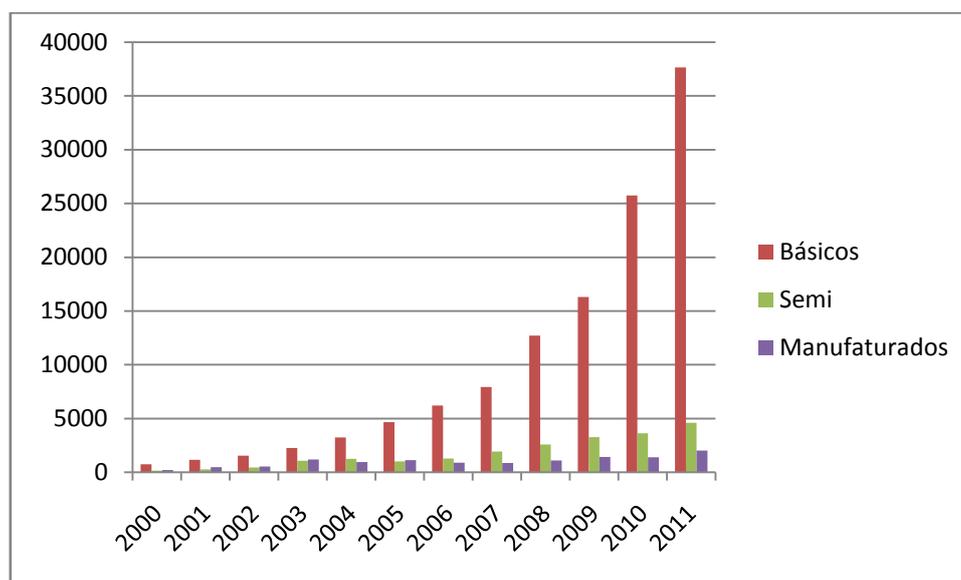
Desde a crise econômica internacional de 2008, os dois países vêm mantendo consultas frequentes para mitigar seus efeitos. Para refletir esse novo estágio das relações sino-brasileiras, ambos os países decidiram designá-las Parceria Estratégica Global, de forma que essa parceria transcendesse o campo bilateral (BRASIL, 2012).

Segundo Holanda (2011), a crise de 2008 foi um “divisor de águas” visto que, apesar de a Parceria Estratégica entre existir desde 1993, a agenda sino-brasileira era limitada praticamente apenas pelas relações comerciais bilaterais, exceto o projeto CBERS de 1989 que foi o primeiro acordo entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Foi com a crise internacional que essas relações se intensificaram muito mais e passaram a ter uma nova configuração devido aos acordos de longo prazo, à maior diversificação da agenda bilateral e à ampliação da agenda multilateral (HOLANDA, 2011; MARTINS, 2011).

No entanto, apesar da parceria diplomática entre Brasil-China, da elevada demanda chinesa no século XXI e do auxílio chinês para a recuperação econômica brasileira pós-crise, as exportações para a China têm se baseado essencialmente em produtos primários (ACIOLY; CINTRA; PINTO, 2011).

As relações comerciais sino-brasileiras evoluíram ao longo da década passada até que se estabelecesse um padrão bem definido: o Brasil importa cada vez mais produtos manufaturados de alto valor agregado e exporta cada vez mais produtos básicos e semimanufaturados intensivos em recursos naturais (ARBACHE, 2011). Como ilustrado no gráfico 2, desde 2000, o Brasil exporta mais produtos básicos do que manufaturados para a China, uma tendência crescente ao longo do tempo, com um destaque maior para o período pós-crise de 2008.

Gráfico 2– Exportações Brasileiras para a China por fator agregado em milhões US\$

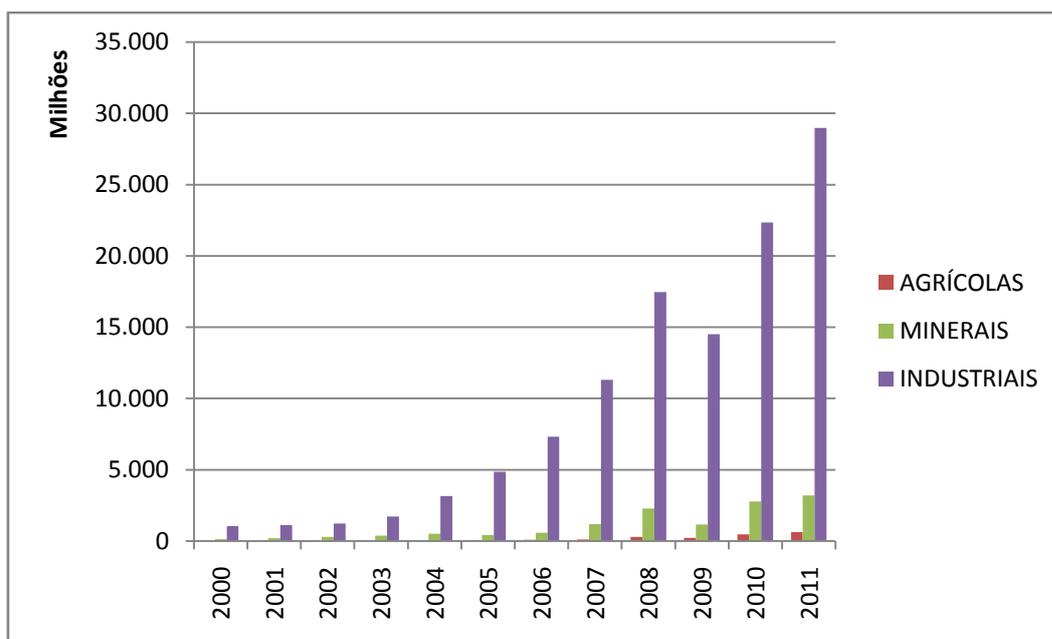


Fonte: Elaboração própria com base nos dados presentes em Gomes (2012).

Ao mesmo tempo, as importações brasileiras da China se restringiam cada vez mais a produtos de alto valor agregado, os quais já representam mais de 85% do total das exportações chinesas (ARBACHE, 2011). No ano de 2000, as importações de produtos de alta tecnologia da China eram de US\$ 487 milhões, em 2008 esse valor passou para US\$ 8 bilhões, e em 2010 esse valor aumentou para quase US\$ 10 bilhões. Enfim, os principais produtos chineses importados pelo Brasil em 2009 foram: químicos e orgânicos (7%); caldeiras e máquinas mecânicas (20%); máquinas e aparelhos elétricos (33%) (POCHMANN, 2011).

Como se observa no gráfico 3, desde o ano 2000 o Brasil importa mais produtos industriais da China do que produtos agrícolas e minerais. A discrepância aumentou no tempo e tornou-se mais acentuada a partir do ano de 2007. Diante desses dados, percebe-se que a intensificação das relações econômicas entre Brasil e China implicou no aumento da dependência do país em relação à exportação de bens primários, causando uma reprimarização nas exportações brasileiras (CARVALHO, 2009; OLIVEIRA, 2010).

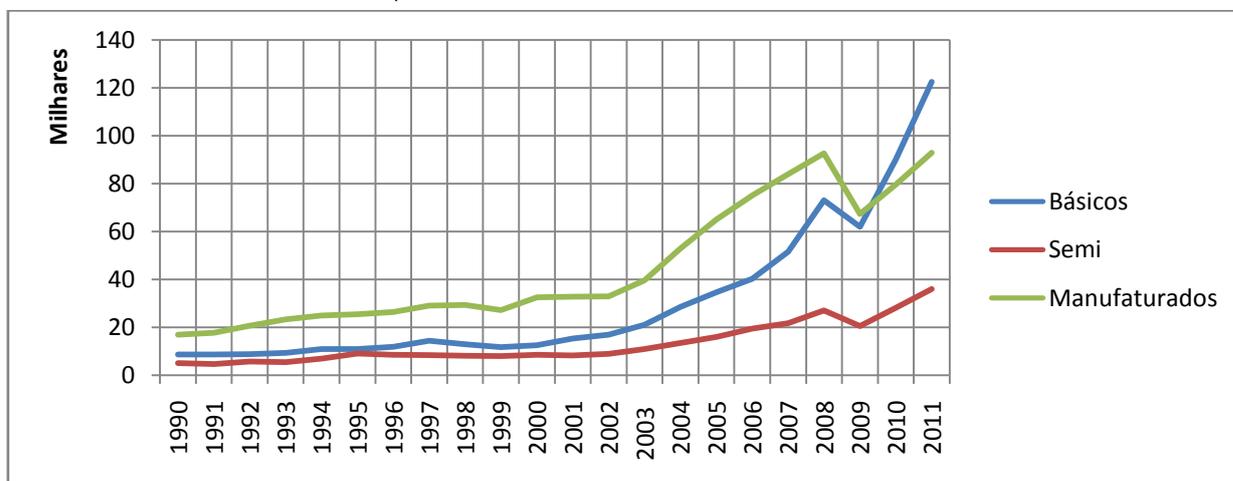
Gráfico 3– Importações de Produtos Chineses para o Brasil de Acordo com a Classificação da NCM em Grupos: Agrícolas, Minerais e Industriais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Aliceweb (2014).

O gráfico 4 demonstra que durante a década de 1990, as exportações brasileiras permaneceram estacionadas e, apenas a partir de 2001 começaram a se elevar. Como já foi dito, isso se deveu a outros fatores, e principalmente ao “efeito China”. Esse crescimento foi elevado até meados de 2008, quando o país começou a sentir os efeitos da crise. A partir desse momento, exportações brasileiras decaíram significativamente e, em meados de 2009 voltara a crescer. Porém, as exportações de produtos básicos superaram as exportações de manufaturados, motivadas, provavelmente, pela demanda chinesa.

Gráfico 4 – Exportações Brasileiras para o Resto do Mundo por Fator Agregado: 1990 a 2011. Valores em US\$ milhões FOB.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do MIDIC.

A ascensão chinesa durante o século XXI contribuiu para o crescimento da demanda internacional de *commodities*, que, conseqüentemente, ficaram mais caras. Assim como o Brasil, vários países latino-americanos exportadores de produtos primários, também se beneficiaram desde momento, aproveitando para ampliar sua inserção externa e conduzindo um maior crescimento de suas economias. No entanto, os principais destinos das exportações brasileiras de produtos industrializados são os Estados Unidos, os países da América do Sul e os demais países subdesenvolvidos, os mesmos mercados que interessam à China para a exportação de tecnologias. Assim, a disputa entre Brasil e China por essa fatia de mercado se acirrou principalmente, após a crise financeira de 2008 (BICHARA et al., 2012).

Após o ano de 2003, as exportações de manufaturas tanto do Brasil como da China para a América Latina aumentaram muito devido à recuperação econômica latino-americana pós 2002. Porém, as exportações chinesas cresceram 40 vezes mais que as do Brasil. A partir de 2007, a exportação de produtos manufaturados chineses vem crescendo mais rápido que a exportação de produtos manufaturados brasileiros (BICHARA et al., 2012).

Em 1996, o índice de comércio complementar das exportações chinesas para a América Latina (excluindo o Brasil) era de 47,6, enquanto que em 2008 cresceu para 58,9. No mesmo período, o índice de comércio complementar das exportações brasileiras foi, respectivamente, 56,9 e 50,8. (BICHARA et al., 2012, p. 20).

De acordo com Bichara et al. (2002), o Brasil conseguiu superar os déficits a partir do ano de 2002. Isso porque nesse momento a demanda mundial foi intensa e havia taxas de câmbio favoráveis. Desde então o país veio gerando superávits comerciais, no entanto, a indústria de transformação perdeu a capacidade de gerar saldos positivos e, inclusive, a partir de 2008, esses déficits aumentam ainda mais. Isso se justifica pelo fato de, com a crise, há um cenário internacional de menor crescimento; maior concorrência (principalmente chinesa); expansão da demanda doméstica e valorização da moeda nacional. Nota-se que todos os setores foram fortemente deficitários no período pós-crise, exceto a indústria de baixa tecnologia (idem).

4 Discussão

Como foi visto no item anterior, após a crise de 2008, a China intensificou ainda mais a sua posição como exportadora de manufaturas e capitais, enquanto o Brasil estaria passando por um processo de reprimarização da pauta exportadora, com a perda de diversificação da estrutura produtiva e predomínio de produtos de baixa intensidade tecnológica. Esse processo é resultado da especialização regressiva da estrutura industrial doméstica que tem se concentrado cada vez mais nos segmentos intensivos em recursos naturais (BICHARA et al., 2012).

Segundo Pinto (2010) a regressividade da pauta exportadora brasileira evidencia-se pelo fato de as importações de produtos intensivos em tecnologia ter aumentado mais rapidamente que as exportações desses produtos; e os superávits comerciais são gerados por produtos intensivos em recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica. Percebe-se que com a crise econômico-financeira intensificou mais ainda esse processo, visto que a regressão produtiva aprofundou-se de forma ainda mais acelerada durante o período de 2007 e 2009.

Para Paulino e Pires (2011), se a intensificação das relações comerciais entre Brasil e China não possibilitarem um aumento no valor agregado das exportações brasileiras, estará estabelecendo-se um padrão de trocas semelhante ao que ocorre entre Norte e Sul. Essas relações estariam levando o Brasil a uma nova dependência da produção de matérias-primas.

Pedrozo e Silva (2011) também acreditam que a pauta de exportações brasileira é dependente, e preocupam-se com o fato de que se a China diminuir expressivamente suas importações de produtos primários exportados pelo Brasil, este terá grandes dificuldades para manter o equilíbrio das divisas e impulsionar sua economia.

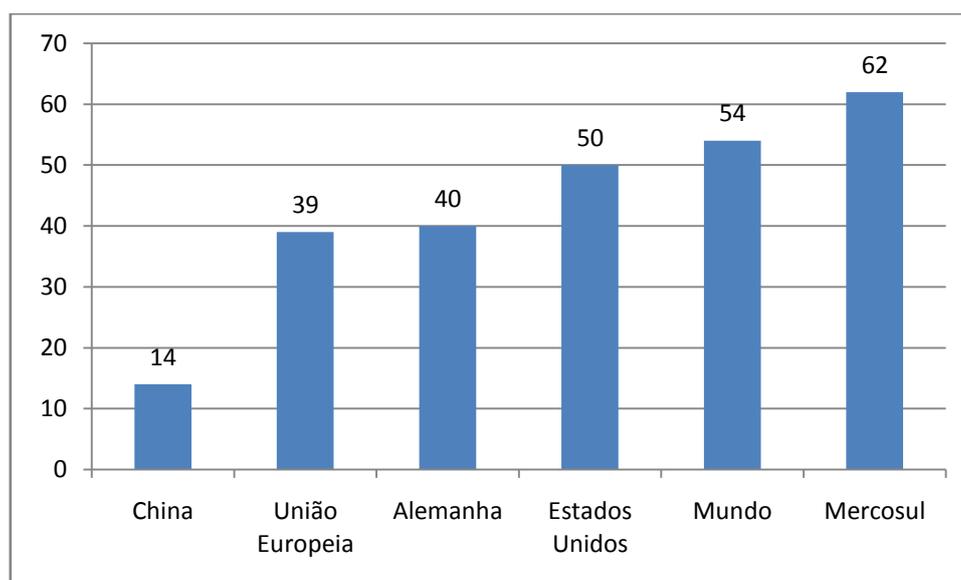
Conforme Arbache (2011), a China foi um dos fatores fundamentais que contribuíram para a primarização da economia brasileira, visto que a forte elevação dos preços das *commodities* durante a década de 2000 foi determinada, principalmente, pela demanda chinesa por produtos primários. Por isso, com a ascensão chinesa, países com abundância de recursos naturais conseguiram acelerar seu crescimento e melhorar as condições macroeconômicas e sociais. No entanto, a indústria de transformação brasileira continua crescendo muito pouco e o investimento agregado e a produtividade têm permanecido em níveis relativamente baixos (BICHARA et al., 2012).

Além disso, a política industrial chinesa e a política cambial de atrelamento do yuan ao dólar tiveram impactos relevantes no comércio com parceiros comerciais que mantêm regimes de câmbio flutuante, como o Brasil (ARBACHE, 2011). Ao mesmo

tempo, com a crise econômica mundial, a concorrência nos mercados de manufaturas intensificou-se ainda mais, de forma que a China passou a ocupar novos espaços (BICHARA et al., 2012).

Segundo Carcanholo e Mattos (2011), o recuo do comércio do Brasil com os Estados Unidos e União Europeia, devido aos efeitos da crise, é preocupante visto que eles importavam metade das exportações brasileiras de produtos industrializados de média e alta tecnologia. Além disso, as exportações brasileiras de bens manufaturados de média tecnologia para os países asiáticos vêm diminuindo. Portanto, o comércio sino-brasileiro é mais assimétrico que o padrão de comércio entre Brasil e Estados Unidos e Brasil e União Europeia. Como mostra no gráfico 5, em 2008, o comércio intraindústria do Brasil com Estados Unidos foi de 50% enquanto com a China esse valor foi de 14% (ARBACHE, 2011).

Gráfico 5 - Participação do comércio intra-indústria do Brasil com alguns de seus principais parceiros (%) - 2008



Fonte: Sarquis (2011, apud ARBACHE, 2011)

Em contrapartida, tem aumentado as exportações brasileiras para os países latino-americanos, as quais são baseadas, principalmente, em bens manufaturados de média e alta tecnologia. Diante da crise, portanto, observa-se uma maior diversificação geográfica dos parceiros comerciais do Brasil. No entanto, como o país ainda é muito dependente de produtos primários e produtos manufaturados baseados em recursos naturais, percebe-se que tal diversificação não tem sido acompanhada por uma

ampliação de alternativas para a exportação de bens de maior valor agregado (CARCANHOLO; MATTOS, 2011).

Segundo Pinto (2010), a especialização produtiva no Brasil foi intensificada durante o século XXI, principalmente, devido à valorização do real e a demanda chinesa por produtos primários e energia. Porém, esse é um processo que ocorre desde a década de 1995, com o avanço da desregulação e liberalização comercial, produtiva e financeira.

A relação econômica bilateral sino-brasileira é tão preocupante atualmente porque ela beneficia o Brasil em curto prazo, mas leva a uma crescente dependência da economia brasileira à economia chinesa no longo prazo. E essa dependência aumenta a exposição da economia a choques externos, visto que os preços internacionais das *commodities* são muito voláteis. E história demonstra que os países dependentes das exportações desses produtos crescem muito mais lentamente do que aqueles que possuem pautas de exportação mais diversificadas (ARBACHE, 2011).

Além disso, a primarização da economia brasileira tem um efeito negativo porque o setor de *commodities* emprega muito pouco, o que dificulta ainda mais os problemas de distribuição de renda no Brasil. “Em 2010, 3,2% dos trabalhadores formais estavam empregados no setor agropecuário e menos de 0,5% no setor mineral.” (ARBACHE, 2011, p. 242). Outra consequência negativa da dependência de primários é que o caráter não-renovável de certas *commodities*, como petróleo e minérios podem levar à excessiva exploração dos recursos naturais e causar poluição e outros problemas ambientais (BICHARA et al., 2012).

5 Conclusão

Analisando-se o processo de abertura econômica do Brasil, nota-se que, ao longo das últimas três décadas, o processo de liberalização econômica, de privatização e a falta de uma política industrial ampla e ativa, fez com que o país desnacionalizasse grande parte da indústria nacional, abandonasse setores estratégicos e aumentasse ainda mais sua vulnerabilidade externa. O resultado dessas políticas é a atual especialização da pauta de exportações brasileira no agronegócio (PEDROZO; SILVA, 2011).

Devido a essas políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro, o país é obrigado a importar grande parte dos produtos de alta tecnologia da China que têm exportado cada vez mais essas mercadorias. Logo, percebe-se que as relações

comerciais entre esses países são benéficas para a China, pois esta compra, principalmente, *commodities* do Brasil, e vende, por outro lado, produtos industrializados (LUZ, 2011).

A nosso entender, esta é a realidade das relações comerciais sino-brasileiras desde o início do século XXI. Com a crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2007, percebe-se uma aproximação ainda maior entre Brasil e China, que é evidenciada pelo fato de ela ter se tornado em 2009 o principal parceiro econômico brasileiro. Pode-se dizer que nesse contexto a pauta exportadora brasileira tornou-se ainda mais dependente de produtos primários.

Um dos motivos da rápida recuperação do Brasil frente à crise foi a forte demanda chinesa por produtos primários, o que contribuiu para o crescimento das exportações brasileiras mesmo diante de um cenário internacional não favorável. Assim, a crise econômica de 2008, ao provocar uma retração nas economias dos EUA e União Europeia, contribuiu para que o Brasil se apoiasse na economia chinesa.

É preciso atentar, no entanto, que essa estratégia do governo brasileiro de se aproximar ainda mais da China em um momento de crise funcionou relativamente bem no curto prazo, porém, gerando nova dependência no longo prazo. Diante disso, torna-se importante que o Brasil crie estratégias para produzir tecnologias dentro do próprio país a fim de não se tornar um mero produtor de matérias-primas não apenas para a China, mas para os demais países desenvolvidos do mundo.

Enfim, comparando-se as relações sino-brasileiras no período anterior e posterior à crise de 2008, observa-se que a crise evidenciou o aprofundamento dessas relações e a dependência econômica brasileira em relação à China, visto que estas já são tendências que vêm sendo notadas durante aproximadamente duas décadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, L.; CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. **As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil.** 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/XpdOSQ>>. Acesso em: 7 nov. 2012.

ÁRABE NETO, A. M.; PANZINI, F. S. Consequências do reconhecimento da China como economia de mercado. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 108, p. 48-59, 2011.

ARBACHE, J. O canto da sereia. In: BRASIL e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades. Brasília, DF: FUNAG, 2011. p. 227-248. Disponível em:

<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/brasil_e_china_no_reordenamento_das_relacoes_internacionais_site.pdf>. Acesso em 22 jun. 2013.

BACCHI, M. R. P.; MIRANDA, S. H. G.; MORTATTI, C. M. Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação V.E.C.M. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 311-335, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v15n2/v15n2a07.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BARBOSA, A. F.; MENDES, R. C. **As relações econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. (FES Briefing Paper), Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/download/brasil-china.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2013.

BECARD, D. S. R. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-151, nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000400004&script=sci_arttext>. Acesso em 22 jun. 2013.

BICHARA, J. et al. China e Brasil depois da crise financeira global: comércio, finanças e estratégias de desenvolvimento. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. (WorkingPaper BNDES/ANPEC, n. 43). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/PDE2011_AndreCunha.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BOITO JUNIOR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 28, p. 57-268, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Atos assinados por ocasião da reunião da presidenta da república, Dilma Rousseff, com o primeiro-ministro da República Popular da China, Wen Jiabao**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/wqAilw>>. Acesso em: 7 nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2010-2014**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/o8SHXq>>. Acesso em: 7 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Outras estatísticas de comércio exterior**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

CARCANHOLO, M. D.; MATTOS, F. A. Evolução recente do perfil das relações comerciais chinesas com Brasil, Argentina e Chile. In: PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. (Org.). **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. São Paulo: LCTE, 2011, p. 362-382

CARDOZO, S. A.; NASCIMENTO, C. A.; NASCIMENTO K. L. O sentido da reprimarização da pauta exportadora: uma interpretação à luz de

Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco, p. 1-21, 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/108520/2/326.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CARVALHO, C. E. A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 111-123, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a10v2366>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CASTILHO, M. Impactos da crise econômica internacional sobre o comércio exterior brasileiro. In: **Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil**, Brasília: Ipea, 2011, p. 97-125. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_crisefinanceira.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

GOMES, R. M. **O crescimento brasileiro entre 2000 e 2001: o impulso primário exportador**. 2012. 63f. Monografia em Ciências Econômicas – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69966/000875599.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

LUZ, A. J. As relações comerciais sino-brasileiras no século XXI. **Revista de Geopolítica**, Natal (RN), v. 2, n. 2, p. 65–78, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/download/41/40>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

FARIA, M. F. M. **Uma análise de política econômica comparada: Brasil e China**. 2007. 84 f. Monografia em Relações Internacionais - Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais. Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/9P4nqW>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105-153, nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000400008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 jun. 2013.

ENTENDA a crise financeira que atinge a economia dos EUA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 set. 2008. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u445011.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2011.

HOLANDA, F. M. B. Relações Brasil-China: elementos de aproximação e diferenciação. In: **BRASIL e China no Reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília, DF: FUNAG, 2011. p. 67-80. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/brasil_e_china_no_reordenamento_das_relacoes_internacionais_site.pdf>. Acesso em 22 jun. 2013.

MARTINS, J. Brasil-China: desafios e oportunidades. In: BRASIL e China no Reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades. Brasília, DF: FUNAG, 2011. p. 89-106. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/brasil_e_china_no_reordenamento_das_relacoes_internacionais_site.pdf>. Acesso em 22 jun. 2013.

OCAMPO, J. A. Impactos de lacrisisfinancieramundial sobre América Latina. **Revista de la Cepal**, Santiago, n. 97, p. 9-32, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/35846/RVE97Ocampo.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2013.

OLIVEIRA, H. A. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.53, n. 2, p. 88-106, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/I0rhd0>> Acesso em: 22 jun. 2013.

OLIVEIRA, H. A. China-Brasil: perspectivas de cooperaciónSurSur. **Nueva Sociedad**, San Jose, n. 203, p. 138-147, 2006. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3357_1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. As relações Brasil e China: possibilidades e limitações. In: PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio (Org.). **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. São Paulo: LCTE, 2011. p. 19-43.

PEDROZO, G. E.; SILVA, M. Brasil e China: estratégias assimétricas de inserção internacional e o desempenho das relações de comércio. In: PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio (Org.). **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. São Paulo: LCTE, 2011. p. 226-244

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Inserção Internacional Brasileira: temas de economia internacional**. Brasília, DF: Ipea, 2010.v.2, p. 81-132. Disponível em: <<http://goo.gl/z9qNLV>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

POCHMANN, M. As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. In: BRASIL e China no Reordenamento das Relações Internacionais: desafios e oportunidades. Brasília, DF: FUNAG, 2011, p. 249-168. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/brasil_e_china_no_reordenamento_das_relacoes_internacionais_site.pdf>. Acesso em 22 jun. 2013.

VADELL, J. A. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, nov. 2011, p. 57-79. Disponível em: <<http://goo.gl/xFOCGU>>. Acesso em 22 jun. 2013.

VILLELA, E. V. M. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acesso em: 7 nov. 2012.

